

## PERCEPÇÕES DE MEIO AMBIENTE NA VISÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS DE UMA INSTITUIÇÃO HOSPITALAR

### ENVIRONMENTAL PERCEPTIONS IN THE VISION OF ENVIRONMENTAL EDUCATORS OF A HOSPITAL INSTITUTION

Vanúzia Sari,<sup>1</sup> Silviamar Camponogara<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Hospital Nossa Senhora da Conceição/Porto Alegre, RS/Brasil. <sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/Santa Maria, RS/Brasil.

**Autor correspondente:** Vanúzia Sari e-mail: [nuzia\\_sari@yahoo.com.br](mailto:nuzia_sari@yahoo.com.br)

#### RESUMO

A crise ecológica atual é uma transformação da natureza induzida pela concepção metafísica, filosófica, ética, científica e tecnológica do mundo. Diante da complexidade dessa crise e da inexistência e/ou da ineficiência das estratégias para combatê-la, inclusive na área da saúde, é importante refletir sobre os conceitos de meio ambiente que alicerçam as ações de indivíduos envolvidos com a educação ambiental nos hospitais. Objetivo: discutir as concepções de meio ambiente para educadores ambientais de uma instituição hospitalar. Métodos: estudo de caso qualitativo, descritivo-exploratório, realizado entre agosto de 2011 e janeiro de 2012, em um grupo hospitalar de grande porte do Rio Grande do Sul (Brasil). Baseou-se em entrevista individual semiestruturada, envolvendo nove indivíduos, sendo a coleta encerrada por saturação empírica. A análise dos dados foi realizada por intermédio da Análise de Conteúdo. Resultados: foram originadas três categorias acerca do conceito de meio ambiente. A primeira traz uma concepção sistêmica de meio ambiente, englobando o humano em uma ideia de malha planetária. A segunda inclui no conceito de meio ambiente as relações do homem consigo mesmo, com os outros e com seu espaço de trabalho. Já a terceira engloba a noção de modernidade reflexiva e de sociedade de risco. Conclusões: os educadores ambientais alimentam uma concepção ampliada sobre meio ambiente, embora se recomende aumentar discussões sobre o tema, especialmente na enfermagem, rumo a uma abordagem socioambiental sistêmica, capaz de reconhecer as influências da modernidade reflexiva.

**Palavras-chave:** Meio ambiente. Enfermagem. Educação em enfermagem. Educação ambiental.

*Submetido em:* 9/4/2017

*Aceito em:* 24/7/2017

### ABSTRACT

The current ecological crisis is a transformation of nature induced by the metaphysical, philosophical, ethical, scientific and technological conception of the world. Given the complexity of this crisis and the inexistence and/or inefficiency of strategies to combat it, including in the health area, it is important to reflect on the environmental concepts that influenced the actions of individuals involved in environmental education at hospitals. Objective: discuss the environmental conceptions for environmental educators of a hospital. Methods: Case Study qualitative, descriptive and exploratory, conducted between August 2011 and January 2012, in a large hospital group of Rio Grande do Sul (Brazil). It was based on semi-structured individual interviews involving nine people and closed by empirical saturation. The data analysis was performed using the Content Analysis. Results: 3 categories were created, considering the environmental concept. The first provides a systemic approach of environmental, including human being in a sense of global network. The second includes in environmental concept the man relationship with himself and others and with his workspace. The third consider in environmental conception the notions of reflexive modernity and risk society. Conclusions: the environmental educator has an expanded conception of environmental, but this research recommends to expand discussions on this topic, especially in nursing, in order to consider a social and environmental systemic approach, that will be able to recognize the influences of reflexive modernity.

**Keywords:** Environment. Nursing. Education. Nursing. Environmental education.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a contínua veiculação de informações sobre problemas ecológicos e os impactos sociais deles decorrentes tem despertado enorme atenção mundial. Essa degradação ambiental originada, sobretudo, da globalização e da lógica científica cartesiana dominante no pensamento humano, cresce assombrosamente, e seus reflexos são sentidos no cotidiano social e nos espaços de trabalho (SARI; CAMPONOGARA, 2014).

A crise ecológica atual não é uma mudança natural, mas sim uma transformação da natureza induzida pela concepção metafísica, filosófica, ética, científica e tecnológica do mundo. Essa crise apresenta-se como um limite do real, mas também como uma crise do pensamento ocidental, que resultou na ideia de modernidade enquanto uma ordem coisificada e fragmentada, de domínio humano sobre o mundo. A presença do risco ecológico questiona esse modo de conhecer e exige o entendimento de que os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas do conhecimento (LEFF, 2010).

A lógica exigida é a da concepção de um mundo globalmente interligado, no qual fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são interdependentes, demandando uma perspectiva ecológica sistêmica, não abarcada pelo mecanicismo científico (ainda) vigente (CAPRA, 2014).

A Física moderna revela a unicidade do universo, apresentando a natureza como uma teia de relações entre as várias partes de um todo unificado. O comportamento de qualquer parte é dependente de suas conexões não locais com o todo. Os organismos vivos, sendo sistemas abertos, mantêm-se em funcionamento homeostático mediante intensas transações com seu meio ambiente, que também consiste, parcialmente, em um organismo. Embora todos eles apresentem sua individualidade e sejam relativamente autônomos em seu funcionamento, as fronteiras com seu meio são difíceis de determinar (CAPRA, 2014).

Falar de saúde a partir de uma visão holística exige que se aborde o meio ambiente e a problemática ambiental. E ante a realidade de uma crise ambiental complexa e da inexistência e/ou da ineficiência das estratégias para combatê-la, em todas as áreas do saber, convém também na área da saúde discutir e questionar, primeiramente, os conceitos de meio ambiente, que fornecem o alicerce ao conhecimento posto em sua ciência, em sua área de saber.

É preciso entender que concepções de meio ambiente movem os indivíduos, particularmente quando se trata daqueles que pretendem “sensibilizar o outro” para a construção de uma visão sistêmica de ambiente e de vida, ou seja, os educadores ambientais; muitos deles profissionais de enfermagem.

De fato, a enfermagem, não raras vezes, envolve-se em comissões de gestão ambiental e em processos educativos nessa área, necessitando, pois, conhecer e refletir sobre as (suas) concepções em torno do assunto. Acredita-se que a apreciação do pensamento de indivíduos envolvidos com ações de Educação Ambiental (EA) representa um momento de reflexão para a enfermagem acerca de suas práticas em saúde, exatamente pela capacidade que esses indivíduos possuem de materializar atividades educativas condizentes com uma lógica planetária de complexidade ambiental.

Sujeitos que se proponham a trabalhar a problemática ambiental sob um enfoque educativo (inclua-se a enfermagem), especialmente em instituições hospitalares, necessitam mais do que se autoconfrontar com os problemas ecológicos e sentir as suas consequências: necessitam de reflexões que conduzam a um saber ambiental diferenciado.

Sem dúvida, é de extrema importância que se discuta essa temática entre os profissionais da saúde, para que eles aprofundem esse conhecimento e consigam identificar problemas relacionados à questão ambiental em seu local de trabalho, propondo ações resolutivas e preventivas que amenizem os riscos ambientais a que todos estão expostos (BRUZOS et al., 2011). A abordagem dessa interface saúde e meio ambiente precisa ser trabalhada transversalmente na formação e educação continuada dos profissionais, tendo em vista que uma aproximação pontual e descontextualizada do tema pode comprometer o engajamento desses profissionais com a questão (PERES et al., 2012).

Nesse sentido, este artigo objetiva discutir as concepções de meio ambiente que guiam as ações de educadores ambientais de uma instituição hospitalar, convidando a enfermagem a refletir sobre o tema.

## **METODOLOGIA**

Este artigo foi desenvolvido a partir da pesquisa de Mestrado intitulada *A educação ambiental em uma instituição hospitalar: possibilidades e desafios* (SARI, 2012), que se baseou na seguinte pergunta: “Como acontece a EA em uma instituição hospitalar a partir dos trabalhadores diretamente envolvidos no seu planejar e concretizar?”

O objetivo geral da investigação foi “descrever como acontece a EA em uma instituição hospitalar a partir dos trabalhadores diretamente envolvidos no seu planejar e executar”, do qual sobressaíram os seguintes objetivos específicos: 1) compreender o significado de meio ambiente para os trabalhadores envolvidos na formalização do processo de EA em uma instituição hospitalar (foco de discussão neste artigo); 2) apreender os modos pelos quais os trabalhadores responsáveis pelo planejar e executar da EA a concebem em seu confronto com a problemática ambiental e 3) discutir sobre o processo de EA desenvolvido em uma instituição hospitalar, suas possibilidades e desafios.

A pesquisa em questão norteou-se pela metodologia qualitativa; caracterizando-se como Estudo de Caso (EC) descritivo-exploratório, por propor uma narrativa circunscrita pelo tempo, espaço e circunstâncias em que está inserida (MARTINS, 2008; YIN, 2015). O EC investiga uma unidade social de maneira profunda e intensa, dentro do seu contexto real (MARTINS, 2008), norteando-se por questões-problema complexas e contemporâneas, do tipo “como” e “por que”; ainda pouco conhecidas (YIN, 2015).

O período de levantamento e análise dos dados ocorreu entre agosto de 2011 e janeiro de 2012 e foi realizado em um grupo hospitalar de grande porte do Estado do Rio Grande do Sul, dedicado ao atendimento público em saúde e polo de ensino na região Sul do país. Definiu-se como sujeito pesquisado aquele indivíduo trabalhador do grupo hospitalar em questão e diretamente envolvido no planejamento e/ou concretização da EA nos hospitais desse grupo, o que incluiu: integrantes do Núcleo de Educação Ambiental do grupo hospitalar e informantes-chave por eles indicados, totalizando nove indivíduos (enfermeiros, psicólogos, técnicos em segurança do trabalho, técnicos em educação).

A coleta de dados baseou-se em entrevista individual semiestruturada, sendo encerrada por saturação empírica. As entrevistas foram pré-agendadas e realizadas em local reservado, gravadas digitalmente, e posteriormente, transcritas. Foram orientadas por questões norteadoras acerca do tema em investigação, quais sejam: 1) O que significa meio ambiente para você?; 2) O que você pensa sobre a problemática ambiental?; 3) Em sua opinião como os trabalhadores percebem e agem diante da atual problemática ambiental no ambiente de trabalho?; 4) O que você pensa quando falamos em EA?; 5) O que você pensa sobre o desenvolvimento da EA em instituições

hospitalares?; 6) Como você vê a EA nesta instituição?; 7) O que você pensa sobre o planejamento e organização da EA desta instituição?; 8) Em sua opinião, que repercussões a EA desenvolvida nesta instituição traz para os trabalhadores?; 9) O que faz um Núcleo de Educação Ambiental em um hospital?; 10) Você tem alguma manifestação adicional a fazer sobre esse assunto?

Por se tratar de metodologia qualitativa, a análise de conteúdo (BARDIN, 2015) foi adotada para a análise dos dados, utilizando-se o *software* ATLAS.ti (Qualitative Research and Solutions) como método auxiliar nessa etapa. Nesse processo foram construídos quatro eixos temáticos: Eixo 1- Concepções ambientais; Eixo 2- Experiências de EA; Eixo 3- Consequências das ações de EA e Eixo 4- desafios para a EA em instituições hospitalares. O Eixo 1, que discute os conceitos de meio ambiente para os sujeitos dessa pesquisa, a partir de três categorias, é o foco específico elencado para discussão neste artigo.

O projeto de pesquisa cumpriu os requisitos da legislação nacional específica para esse fim, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do grupo hospitalar estudado mediante parecer de número 11-127/2011 e CAAE-0156.0.243.164-11. Os sujeitos participaram do estudo após leitura, aceite e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo usada a letra “E”, seguida de um número (1, 2...), para suas identificações, preservando-se o necessário anonimato.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na medida em que se desenvolveu a consciência de que o nosso mundo é um grande ecossistema, em que uma determinada ação ou impacto ambiental em um lugar do planeta pode afetar outro muito distante e/ou a biosfera total, também aumentou a consciência da importância das questões ambientais na agenda política global (SAAVEDRA, 2010) e em um amplo campo de discussões e investigações.

Sabe-se, entretanto, que a adoção e a disseminação de práticas sociais orientadas para a construção de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2011a), capaz de transformar a racionalidade produtiva que degrada o ambiente, requer um trabalho teórico e estratégias conceituais que apoiem a sua constituição. Não basta a existência de condições econômicas e políticas para a sua prática, é necessário, igualmente, um arcabouço teórico-conceitual, nos indivíduos e no coletivo, que os impulsiona ao agir.

Daí por que é imprescindível discutir a relação entre as concepções ambientais dos pesquisados e a forma como esses sujeitos agem, enquanto atores sociais de seus processos, na medida em que a ação não se desvincula das concepções, crenças e práticas; pelo contrário, retroalimentam-se. “Nosso modo de habitar o planeta não está separado do nosso modo de conhecê-lo” (STEIL; CARVALHO, 2014, p.163).

O ambiente é, constantemente, lido e relido por nós, em um autêntico diálogo, em que se oferece como um contexto do qual somos parte, ao mesmo tempo em que nós, como seres simbólicos, produzimos nossa visão e nossos recortes dessa realidade, construindo percepções, leituras e interpretações. Essa relação dinâmica, de mútua transformação, organiza-se como um círculo que nunca se fecha e que, diferentemente do círculo vicioso da repetição, apresenta-se como virtuoso, aberto para novos desdobramentos, produzindo continuamente ambientes de vida e de cultura (CARVALHO, 2004; 2012).

Assim, para inaugurar o *rol* de concepções ambientais dessa pesquisa, cabe trazer a categoria 1 – “Essa coisa toda de meio ambiente”: concepções abrangentes de ambiente.

A escolha dessa expressão, tirada do depoimento dos entrevistados, designa uma percepção abrangente de meio ambiente, que não se esgota na ideia da natureza que “está fora”, pelo contrário, insere esse natural em uma teia

de relações com o humano; de modo que natureza e sociedade não apenas interdependem uma da outra ou se influenciam mutuamente, mas acima de tudo se interconstituem, são partes de um mesmo todo.

Nessa conceituação o ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, de valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos existentes entre processos ecológicos, tecnológicos, sociais e culturais (LEFF, 2011b).

Traduz, portanto, a ideia de epistemologias ecológicas que tentam superar as dualidades modernas, enfatizando continuidades e simetrias e considerando o ponto de vista das coisas e dos organismos não humanos que habitam o mundo. Todos aqueles que partilham e habitam o mesmo ambiente são transpassados e constituídos pela vida, que não é um ser silenciado na produção de nossas ideias e teorias (CARVALHO, 2014). Para conhecer, a partir da perspectiva ecológica, é necessário estar imerso na matéria e no mundo, por meio de um contínuo engajamento com o ambiente (STEIL; CARVALHO, 2014).

Essa não fragmentação é visível nas palavras dos entrevistados, ao manifestarem, uma compreensão de meio ambiente integrativa e vinculada ao socioambiental, capaz de incluir, em uma mesma designação, natureza-homem-sociedade; a constituírem, juntos, uma mesma malha. Esta constatação pode ser concluída a partir de trechos como:

*[...] eu percebo que as pessoas veem meio ambiente como estou de fora, [...] eu sou algo a parte do meio ambiente, tudo que diz respeito a natureza é meio ambiente [...]. (E1)*

*[...] meio ambiente é isso: é um resultado de tudo que está num determinado espaço e a interação entre eles, a sinergia entre eles [...] interação de energia, contaminação, substância química, vidas; umidade, ar [...] para mim meio ambiente não é os bichinhos voando por aí [...] é uma interação completa! [...] é termodinâmica, cinética e botânica [...]. (E5)*

*[...] para mim meio ambiente é tudo, e é o equilíbrio disso [...] as coisas têm que estar integradas, a gente tem que ter uma ampliação do olhar [...]. (E6)*

Tais colocações expressam uma ruptura na lógica segregacionista entre o natural e o social, típica da modernidade e responsável pela completa externalização do meio ambiente para “fora do eu” e sua subjugação ao “espírito dominador” da indústria, sendo capaz de estruturar uma ponte sobre o abismo interposto entre o humano e o ambiente, reclamando uma vinculação mais estreita entre eles. Desse ponto de vista, viver no mundo não é ocupar um lugar em um ambiente povoado de objetos, mas juntar-se ao processo de formação e permanente transformação das coisas vivas, humanas e não humanas (CARVALHO, 2014).

Quando se leva a sério o pertencimento de todos os seres a essa trama da vida, suprime-se o caráter de externalidade do homem em relação ao ambiente, tornando-o partícipe das linhas de vida que o atravessam, o constituem e o ultrapassam. Já não se aventa somente situar os organismos numa paisagem que os envolve e numa totalidade que inclui a natureza e a cultura, mas sim situá-los num horizonte aberto às forças vitais que os atravessam. Não é apenas habitar o mundo, mas estar atento à vida como dimensão que atravessa qualquer ser (STEIL; CARVALHO, 2013). Por esta visão, a presença humana, longe de ser extemporânea, intrusa ou desagregadora, surge como um agente pertencente à teia da vida social, natural e cultural; interagindo com ela (CARVALHO, 2012).

A construção social contemporânea exige esse cuidado diferenciado para com o ambiente, preconizando uma sensibilidade ecológica fundada na crença de uma relação simétrica e de alteridade entre os interesses das sociedades e os processos naturais. Essa visão diferenciada intenciona delinear uma ética ambiental que se oponha ao imperativo dos benefícios imediatos, calcados na racionalidade instrumental e utilitarista, e que fundamentam o padrão de acumulação da sociedade de consumo; porque, embora sejamos influenciados pelo passado, podemos inventar novas maneiras de estar no mundo (CARVALHO, 2012).

Esse inventar é tanto mais relevante quando aqueles que pretendem fazê-lo são, exatamente, os envolvidos no concretizar de ações educativas na área ambiental. Nessa situação, compreensões abrangentes e diferenciadas de meio ambiente são necessárias ao “sensibilizar” dos outros. Acrescente-se que os próprios avanços recentes da Física e da Biologia põem em causa a distinção entre orgânico e inorgânico, entre seres vivos e matéria, e mesmo, entre o humano e o não humano (CAPRA, 2014).

Em algumas regiões da América Latina (sobretudo na Bolívia, Equador, Chile, Argentina, Colômbia, Peru, etc.) essa concepção de indivisibilidade entre homem e ambiente tem ganhado força, traduzindo-se em movimentos de defesa do chamado “*Buen Vivir*”, que rejeitam a ideia de crescimento econômico como o principal objetivo do desenvolvimento das nações; buscando um equilíbrio com a “Mãe Terra” pelo retorno ao ideal de vida comunitária. Nessa visão, o conceito de comunidade é compreendido em um sentido amplo, que abraça a convivência do indivíduo com os outros e com a natureza (GUDYNAS, 2011).

Esse “*Buen Vivir*” não se restringe ao bem-estar expresso no coração das sociedades capitalistas e baseado na propriedade de materiais ou no consumo, mas é um harmonioso equilíbrio entre material e espiritual; o que só é possível no específico contexto de uma comunidade que é social, mas também ecológica. Sob essa perspectiva, o dualismo ocidental clássico que separa a sociedade da natureza desaparece, porque um contém o outro, e eles são inseparáveis. A vida humana é cultivada e nutrida em um *continuum* social e natural (GUDYNAS, 2011).

O processo de mudança que emerge hoje requer e promove esse “paradigma comunitário para viver bem”, sustentando-se em uma forma de viver baseada em uma prática cotidiana de respeito, harmonia e equilíbrio com tudo o que existe; compreendendo que na vida tudo e todos estão interconectados, são interdependentes e inter-relacionados (MAMANI, 2010).

Por certo, a adoção dessa compreensão de meio ambiente equilibrado e interligando humano-natureza-comunidade, resulta em maior sensibilização acerca da crise ambiental, o que possibilita, aos indivíduos, vincularem mais profundamente seu trabalho e suas ações aos problemas ecológicos. Essa condição facilita, por sua vez, a discussão e a proposição de soluções alternativas a esses problemas nos espaços em que se encontram, criando, inclusive, movimentos em direção à educação ambiental.

Os entrevistados também expressaram uma noção de ambiente que remete às relações entre humano-humano, humano-espaço de trabalho e ser humano e o seu eu. Essa abordagem compõe a categoria 2 – Meio ambiente – “a relação que a gente tem com a gente, com os outros e o trabalho”. Os depoimentos a seguir demonstram essa compreensão:

*Meio ambiente é tudo que está relacionado ao ser humano, é o meio que a gente vive [...] desde questões ergonômicas, de relacionamento [...], o ar que tu respiras [...]. (E4)*

*[...] é o meio em que a gente vive, como a gente se comporta, a educação que a gente tem, a relação que a gente tem não só com a natureza, mas com a gente, com os outros [...]. (E7)*

Este entendimento está em consonância com as recomendações da Conferência Intergovernamental sobre EA, realizada em Tbilisi no ano de 1977; a qual aponta que o conceito de meio ambiente abarca uma série de elementos naturais, mas também sociais, da existência humana. Esses elementos sociais constituem um conjunto de valores culturais, morais e individuais, assim como relações interpessoais na esfera do trabalho e das atividades de tempo livre (DIAS, 2010). Todos esses aspectos relacionais, sociais e éticos – do ser, consigo e com o outro (o outro humano e o outro enquanto o mundo material), compreendem, também, o que se entende por ambiente.

Ao reconhecer-se que as diversas crises (ambientais, sociais, econômicas...) são sintomas de uma crise mais profunda, com raízes, sobretudo, na perda de valores humanos, do sentido de unicidade e na carência de ética global, demarca-se a importância de se fomentar a ação cooperativa entre os indivíduos, os grupos sociais e as instituições, na busca de uma racionalidade que privilegie a sustentabilidade socioambiental (DIAS, 2010). Nesse aspecto, entender as relações com o outro, com o ambiente e consigo mesmo, como parte integrante do conceito de ambiente, pode ser uma maneira de desenvolver (pelo relacionar-se) valores éticos, estéticos e econômicos condizentes com uma racionalidade ambiental diferenciada, preocupada com responsabilidades e solidariedades individuais e coletivas.

De fato, as relações constituem espaços ricos de aprendizado de valores e de atitudes capazes de induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade global, tornando-a apta a agir em busca de alternativas e soluções para os seus problemas ambientais, com respeito às particularidades locais, à solidariedade humana e ao compromisso ambiental (DIAS, 2010). Das interações do eu com o eu e do eu com o outro (humano e o mundo das coisas), desenvolve-se e potencializa-se o senso de responsabilidade individual e coletiva para com o planeta, e a noção de pertencimento a uma malha ambiental. A transformação da relação com o ambiente requer e perpassa pela transformação de relações sociais.

Com efeito, as potencialidades da ação, da política, da emoção e da formação da autoconsciência são concretamente tecidas nos encontros, nas trocas, nas relações e nas conectividades das relações em redes (TRISTÃO, 2005). Pode-se afirmar, portanto, que o universo de relações e interações entre humanos, enquanto parte do ambiente, revela-se importante, no sentido em que é desse “aprender a sentar-se com o outro”, para interagir, que depende o tecer de soluções para a crise ecológica; na medida em que ela é planetária e, ao mesmo tempo, uma crise de paradigmas instituídos. É no processo de encontro com “esse outro” e “consigo mesmo” que se pode discutir o núcleo problemático do tipo de conhecimento que foi (e está sendo) construído em torno da relação natureza-sociedade e, a partir desse ponto, se chegar a soluções alternativas para a promoção de sociedades ambientalmente sustentáveis.

É relevante analisar, ainda, o quanto essas concepções dos indivíduos pesquisados se organizam e se estruturam (também) a partir de uma confrontação dos sujeitos com os problemas ambientais de seu tempo, o que indica reflexividade ecológica. Considerando, entretanto, que esses indivíduos, para além de sentirem e se auto-confrontarem com os reflexos dessa realidade, pensam, problematizam e agem sobre ela, neste caso, pode-se considerar que se dá neles uma passagem da reflexividade à reflexão. Essa é a ideia expressa na categoria 3 – Meio ambiente: da reflexividade à reflexão – “nós somos diretamente responsáveis, todos nós, em todo o planeta”.

Esta categoria tem suas raízes na compreensão de que vivemos em um mundo altamente globalizado e, por isso mesmo interligado; um mundo de riscos, em que a ação rotineira de cada um tem influência no todo, tem



repercussões locais e planetárias. Ao mesmo tempo, porém, “o todo” da modernidade também alcança o “eu” do sujeito, determinando seu modo de pensar e agir.

Certamente viver nesse mundo moderno, repleto de riscos (incluindo os ambientais), e em um jogo dialético entre o eu e o todo, significa sentir e se autoconfrontar, diariamente, com esses riscos. Não há como se afastar deles ou eliminá-los por completo, na medida em que são produtos da própria sociedade industrial, nela se nutrem e se resguardam. Constituem a realidade da poluição, da degradação e destruição ambiental, dos conflitos militares, das catástrofes nucleares, etc.

Esse contexto indica a emergência da “Sociedade de Risco”, um conceito que designa uma fase do desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais (acrescente-se os ambientais) estão sob o controle e a proteção da própria sociedade industrial, caracterizando-se como seus efeitos colaterais latentes, na proporção em que nascem de maneira compulsiva e despercebida (BECK, 2012).

As regras do mercado mundial, o crescimento econômico, o corporativismo, o capitalismo e o consumismo, que são produtos de um paradigma ocidental, são em diversos graus as causas profundas da grave crise social, ambiental, econômica e política vigente. Trata-se, na realidade, de uma crise de vida. O paradigma individual vigente está levando as sociedades de todo o mundo à desintegração, devido a um alto grau de dessensibilização dos seres humanos. A disfunção coletiva anulou a sensibilidade e o respeito para com os arredores, resultando em uma civilização que se tornou uma ameaça para si e para todas as formas de vida no planeta (MAMANI, 2010).

Somente quando os indivíduos se tornarem conscientes de que vivem em uma sociedade de risco e não mais em uma sociedade industrial, é que eles vão se conscientizar, concomitantemente, da necessidade de uma nova autodeterminação reflexiva. No autoconceito da “Sociedade de Risco”, a sociedade torna-se reflexiva, o que significa afirmar que ela se torna um tema e um problema para ela própria (BECK, 2012).

Os participantes dessa pesquisa, impactados pela problemática ambiental (reflexividade ecológica), de certa forma apercebem-se dessa realidade de “estarem na dita Sociedade de Risco”, agindo no sentido de reorientar suas práticas e, principalmente, como forças propulsoras que tentam retirar os outros da inércia, do imobilismo e impotência diante da crise ambiental. Eles sentem-se desafiados a repensar as suas concepções e ações, dentro e fora da instituição de saúde, e a despertarem no outro essa mesma vontade.

Essa reflexividade, que se converte em reflexão, pode ser visualizada em depoimentos como:

*[...] daqui a pouco tu está engolido por esse sistema e aí tu acaba esquecendo as consequências do que tu faz [...] que vai ter uma consequência gigantesca [...].(E<sub>3</sub>)*

*[...] se eu sei, por exemplo, que o resíduo [...] gera renda e tira muita família da condição de miserabilidade, porque não separar o resíduo? Eu diminuo o meu custo e ainda cumpro com um papel social [...]. Eu pego o reciclado e boto no comum [...] aí o Departamento Municipal de Limpeza Urbana vem aqui [...] recolhe a um custo elevadíssimo[...] ele está indo como lixo comum para ser enterrado num aterro para servir paras futuras gerações [...] Vai chegar uma hora que o aterro não vai ter mais capacidade para isso! E agora eu faço o que com isso? Vou abrir outro buraco? [...] E eu vou até aonde com isso? [...]. (E<sub>6</sub>)*

*[...]eu como ser humano tenho que cuidar do lugar onde eu vivo, a pessoa esquece que a Terra é uma coisa fechada, entendeu?! Então, todas as cacacas que se produz aqui, elas não vão sair daqui [...]. (E<sub>9</sub>)*

*[...]quais os valores que eu estou passando para o meu filho? [...] é a questão financeira, econômica, as pessoas querem ganhar, ganhar, ganhar... não interessa a que peso. [...] esses desmoronamentos, enchentes, cheias, essa pouca chuva, muita seca, é tudo nosso, entendeu? Em algum momento a gente colaborou para aquilo ali, sabe! (E<sub>2</sub>)*

É evidente que essa reflexividade, emergente nos depoimentos dos entrevistados e convertida em reflexão, enraíza-se em elementos do cotidiano pessoal de cada indivíduo e em uma crise de valores coletivos, mas também se relaciona ao espaço de trabalho. Os sujeitos pesquisados, de um modo geral, sentem e se autoconfrontam com a problemática ambiental nas diversas esferas de sua vida (do pessoal ao profissional).

Nessa conjuntura, o hospital aparece, para eles, como um potencial gerador de riscos ambientais, disseminando-os para o global; uma lógica que está na contramão de sua responsabilidade em (também) promover saúde. Segundo esses indivíduos, o sistema hospitalar engloba riscos como: desperdício de matéria-prima e de água, gastos energéticos excessivos, questões de gerenciamento inadequado de resíduos, com conseqüente potencial de contaminação da água, do solo e do ar, entre outros. Assim, ao considerarem o local de trabalho como um possível difusor de riscos, os entrevistados colocam-se na condição de agentes/atores com capacidade e responsabilidades em relação a esses riscos.

Nesse sentido, a cada ser humano incumbe, pois, projetar criticamente a modificação de atos quotidianos (inclusive na esfera do trabalho), abandonando o egoísmo que rege a sociedade de consumo e de descarte. Responsabilidade essa que se constitui não apenas na obrigação de responder pelas atitudes próprias, mas também pelas do outro. Esse outro que se consubstancia não somente no semelhante ou nas gerações futuras, mas, principalmente, no próprio planeta Terra (CALETTI; AQUINO, 2016).

Sob a influência desse momento histórico de crise, toda a sociedade está imersa em uma era de mudanças e, ao mesmo tempo, todos e cada um, em particular, é corresponsável e chamado a contribuir para essa mudança. Uma mudança sustentada em novos paradigmas de vida, em lugar daqueles individualistas e homogeneizadores que estão causando tantos danos nas relações interpessoais e sociais (MAMANI, 2010).

Destarte, a aproximação tecida pelos sujeitos da pesquisa, entre reflexividade e reflexão, revela-se no desenvolvimento de uma consciência e de um (certo) saber ambiental capaz de legitimar ações concretas para a preservação e sustentabilidade do meio ambiente, e que entende que “todos” são responsáveis pela sua preservação, dentro e fora das instituições hospitalares, ainda que nem todos ajam nessa direção.

Sem dúvida, possibilitar e estimular o exercício deste processo reflexivo é essencial para uma nova conotação sobre a interface trabalho e vida cotidiana. Daí o porquê do questionamento dos valores repassados aos filhos, dos valores assumidos no dia a dia em sociedade; posto que todos deveriam ostentar essa responsabilidade de ver as coisas de um modo diferente, de pensar acerca da existência de teias de relações, onde qualquer ação sobre o ambiente tem uma reação sobre “o todo”. Os problemas ecológicos realçam a nova e acelerada interdependência dos sistemas globais e mostram as profundas conexões entre a atividade pessoal e os problemas planetários (GIDDENS, 1991). Uma nova visão da realidade exige a consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos (LEFF, 2010).

Essa visão expõe a necessidade de se viver em harmonia e equilíbrio com os ciclos da Mãe Terra, com o cosmos e com todas as formas de existência, o que envolve primeiro saber viver e, em seguida, saber como viver. Não se pode, pois, viver bem se os outros vivem mal, ou se o meio está danificado. Viver bem significa compreender que a deterioração de uma espécie é a deterioração do conjunto (MAMANI, 2010).

Esse equilíbrio necessário perpassa, pois, pela redução do impacto dos modos de produção e consumo sobre o ambiente, o que requer um limitar do consumo excessivo e do incrível desperdício de recursos pelo decréscimo da acumulação, da exploração e da depredação (CALETTI; AQUINO, 2016).

E embora, num primeiro momento a reflexividade não se constitua em reflexão, ela convida ao diálogo reflexivo, proporcionando uma discussão sobre saberes e práticas (GIDDENS, 1991); o que, no caso da problemática ecológica, pode possibilitar a emergência de novos sentidos e significados, de um modo diferente, plural e complexo, de pensar a relação ser humano-sociedade-natureza (BECK, 2012).

É fato, então, que tais indivíduos aceitaram esse convite ao diálogo, na medida em que eles próprios, num movimento de trabalhadores, passaram a se reunir, discutir e trocar saberes e experiências acerca da temática ambiental e suas interfaces com a saúde e a educação; bem como em torno da responsabilidade socioambiental da instituição da qual eram membros integrantes. Nesse ponto é necessário destacar que os próprios entrevistados, apesar de já possuírem (a maioria deles) pensamentos diferenciados sobre a temática, anteriormente ao momento das discussões, ainda assim encontraram nesses espaços oportunidades para potencializarem ações, mediante a “força do conjunto” e diga-se, um conjunto interdisciplinar nesse caso, o que é de suma relevância diante de um tema tão complexo e amplo.

A complexidade ambiental se produz exatamente aí, nesse entrecruzamento de saberes e mediante o enlaçamento de reflexões coletivas, de valores comuns e de ações solidárias ante a reapropriação da natureza (LEFF, 2010); o que mostra a força propulsora desse encontro com o outro.

Esta é uma premissa válida para os pesquisados, contudo, diante dos problemas ambientais, nem todos ao nosso redor (o outro) sentem-se mobilizados para a ação. A consciência dessa divergência é muito clara para os investigados, o que é bem expresso neste depoimento:

*[...] é uma coisa diária assim e é uma mudança de atitude, entendeu? Isso é complicado, porque normalmente as pessoas estão cômodas (riso) nas suas situações cotidianas [...]. (E9)*

A esse respeito é necessário expor que boa parte da estimativa do risco se dá ao nível da consciência prática, e por isso, o casulo protetor da confiança básica (o “pôr entre parênteses”) bloqueia a maioria dos eventos potencialmente perturbadores, que interferem nas circunstâncias da vida das pessoas. Isso posto, embora na alta modernidade, viver no “piloto automático” seja cada vez mais difícil, ao mesmo tempo os riscos são postos para longe do nível da reflexão (são postos entre parênteses), como uma forma de proteção (GIDDENS, 2002).

Assim, mesmo diante da certeza que poucas pessoas, em qualquer lugar do mundo, podem continuar sem consciência do fato de que suas atividades locais são influenciadas, e às vezes até determinadas, por acontecimentos distantes, o reverso da medalha é bem menos evidente. A despeito, contudo, de essa consciência estar ou não presente, qualquer ação de um indivíduo produz consequências globais, podendo contribuir (e muito) para um processo de deterioração ecológica, que, em si, tem efeitos potenciais para toda a humanidade (GIDDENS, 2012).

Por reconhecerem essa parcela de responsabilidade humana no desenrolar da crise ambiental, os entrevistados buscaram tecer ações concretas que viabilizassem o sensibilizar do outro para um conhecimento diferenciado, capaz de ofertar alicerces a uma nova racionalidade ambiental. Por certo essa possibilidade de revisar e transformar um dado conhecimento nasce como um atributo da própria reflexividade.

A reflexividade da modernidade solapa todas as certezas do conhecimento, de modo que qualquer doutrina aparentemente estabelecida está aberta à revisão, podendo vir a ser totalmente descartada à luz de novas ideias ou descobertas (GIDDENS, 2002).

E esse era o movimento tencionado pelos participantes desse estudo: estimular o outro a passar da reflexividade (do apenas sentir os efeitos dos problemas ambientais) à reflexão (possibilidade de ação). Nesse sentido, os pesquisados destacam que há uma necessidade de se questionar valores e condutas, de se arguir a ordem social estabelecida e o modelo de sociedade adotado nesses últimos séculos; uma vez que a crise ecológica que hoje enfrentamos “*é em termos de sociedade, de modelo de sociedade que a gente adotou [...] (E6)*”.

Por isso é necessária uma profunda mudança de valores, atitudes e estilo de vida para fazer frente à multifacetada crise de nossos tempos (CAPRA, 2014). Assim, pode-se ponderar que o desenvolvimento de ações em torno do ambiental, seja no contexto da vida cotidiana ou do trabalho, depende de uma decisão pessoal, mas que, de seu lado, envolve certo nível de reflexão (que gere um dado saber diferenciado) para serem realmente efetivadas.

O desejo dos investigados era, precisamente, o de trabalhar com a reflexividade da problemática ambiental na intenção de atingir algum grau de reflexão capaz de contribuir, por sua vez, na construção de atitudes e valores voltados a uma racionalidade ambiental diferenciada. Esse desejo baseava-se na ideia de que a reflexividade, convertida em reflexão, pode levar a um questionar dos modos de fazer instituídos, abrindo caminhos à mudança e ao responsabilizar-se pela construção de uma ética ambiental.

Afora essa consideração sobre valores e atitudes, na medida em que se analisa a reflexividade dos pesquisados em torno da questão ambiental, vislumbra-se ainda uma referência à existência de um padrão de distribuição dos riscos ambientais; como expresso no depoimento:

*[...] nós somos diretamente responsáveis, todos nós, em todo o planeta[...] Aquela coisa de ação e reação, todo mundo deletou! Aí agrega a questão da pobreza: quem vai morar em pé do morro? Onde tem desmoronamento? São pessoas que não têm alternativa. [...]. (E2)*

Percebe-se, nessas palavras, para além da consciência e do comprometimento com a problemática ambiental (tida em termos de “uma responsabilidade humana”), um entendimento de que os riscos ecológicos se associam, sobretudo, às situações de pobreza. Uma associação que, de seu lado, contribui para potencializá-los ainda mais, no sentido em que a pobreza “obrigaria” a um descuido com esse meio, a título de sobrevivência, deteriorando também a saúde daqueles que com eles se confrontam.

Pode-se considerar que com a distribuição dos riscos típica da modernidade (particularmente os de origem ecológica), surgem situações sociais de ameaça que acompanham, em alguma dimensão, as desigualdades das posições de estratos e classes sociais. Elas, no entanto (as situações), fazem valer uma lógica distributiva distinta: mais cedo ou mais tarde acabam alcançando aqueles que produziram ou lucraram com os riscos; não adianta, no fim, todos arcam com o ônus. Esses ônus não surgem apenas como formas de ameaças à saúde, mas

também como ameaças à legitimidade, à propriedade e ao lucro (BECK, 2011). Ou seja, a globalização dos riscos indica que ninguém pode “eximir-se” das transformações provocadas pela modernidade (GIDDENS, 2002).

Não obstante, muitos desses riscos se disseminam em função da sociedade de classes; de modo a reforçá-la, ao invés de revogá-la. Obviamente aqueles privilegiados em termos de renda, poder e educação podem “comprar” relativa segurança e liberdade em relação ao risco, afastando-se tanto quanto possível dele, ao menos por determinado tempo. Esses dribles, todavia, não duram para sempre, as barreiras específicas das classes podem cair; nem os ricos e poderosos estão seguros: esse é o chamado efeito *bumerangue*. Os atores da modernização acabam, inevitável e bastante concretamente, entrando na ciranda dos perigos que eles próprios desencadeiam (BECK, 2011).

Então, quando os pesquisados expressam essa interação e mútua determinação entre riscos e sociedade de classes (aqui em específico na sua relação com a pobreza) há sim que se entender esse mecanismo, pelo qual as diferenças sociais alimentam os riscos para certos indivíduos, enquanto que outros são “temporariamente” resguardados. Não obstante, existe uma outra lógica: a de que todos, de alguma maneira, serão afetados! Ricos ou pobres, brancos ou negros, do norte ao sul. O que quer dizer, em última instância, que: se ainda não vivemos em uma sociedade de riscos, tampouco estamos somente em meio a conflitos distributivos. É preciso abrir os olhos para esta realidade e reagir; por que dessa reação depende a solução da problemática ambiental de nosso tempo (BECK, 2011).

## CONCLUSÃO

As concepções sobre meio ambiente adotadas pelos participantes dessa pesquisa apontam para uma compreensão abrangente de ambiente, capaz de abarcar relações e conexões com o humano e valores éticos e estéticos (uma abordagem socioambiental e sistêmica do ambiente) e, ao mesmo tempo, as inúmeras influências da sociedade industrial, reconhecendo-se por ela internalizado e a ela integrado (uma concepção de sociedade de risco).

Assim sendo, esta investigação ajuda a ampliar o diálogo em torno da problemática ambiental e acerca da responsabilidade, dos indivíduos e das instituições de saúde, em manter o equilíbrio da teia planetária. Por se tratar de um EC é limitado por um espaço, pelo tempo e por circunstâncias específicas; não constituindo fonte de explicação para contextos mais amplos. O desejado é que esta análise contribua para a problematização do conceito de meio ambiente na conjuntura do trabalho em saúde e na sua relação com os aspectos da alta modernidade; favorecendo a construção de um saber ambiental complexo, mediante a oportunidade de refletir advinda da crise ambiental vigente, a qual representa um convite ao diálogo e à construção de saberes.

Do ponto de vista da assistência e do ensino, esta pesquisa questiona o conceito ampliado de saúde, convidando a enfermagem a rever uma lógica de holismo antropocêntrico, que enfatiza a influência do meio ambiente sobre a qualidade de vida e a saúde humana, mas pouco considera acerca da influência humana sobre a malha ambiental, e esse questionar não em termos de aspectos negativos ou considerados nefastos. Defende-se um holismo sistêmico e a adoção de uma concepção de saúde como condição de saúde de um planeta e não apenas do homem em suas dimensionalidades mais imediatas e palpáveis. Convida-se, pois, a enfermagem, a pensar e a cuidar sob o ponto de vista dessa concepção ampliada, promovendo o “*Buen Viver*”.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. *Reimpressão da versão revista e atualizada de 2009*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. 2. ed. São Paulo: Unesp. 2012. p. 11-71.
- \_\_\_\_\_. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BRUZOS, G. A. de S. et al. Meio ambiente e enfermagem: suas interfaces e inserção no ensino de graduação. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 462-469, 2011.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação*. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2014.
- CALETTI, L.; AQUINO, S. R. F. de. Limites econômicos da natureza a partir do decrescimento: reflexões sobre justiça e sustentabilidade. *Revista Argumentum*, Marília, v. 17, p. 87-109, 2016.
- CARVALHO, I. C. de M. A perspectiva das pedras: considerações sobre os novos materialismos e as epistemologias ecológicas. *Pesquisa em Educação Ambiental*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 69-79, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- \_\_\_\_\_. Educação, natureza e cultura: ou sobre o destino das latas. In: ZARZKZEWSKI, S.; BARCELOS, V. (Org.). *Educação ambiental e compromisso social: pensamentos e ações*. Erechim: Edifapes. 2004. p. 163-174.
- DIAS, G. F. *Educação ambiental: Princípios e práticas*. 9ª.ed. São Paulo: Gaia, 2010.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- \_\_\_\_\_. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. 2. ed. São Paulo: Unesp. 2012. p. 73-134.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GUDYNAS, E. Buen Vivir: today's tomorrow. Thematic Section. *Development*, Cambridge, v. 54, n. 4, p. 441-447, 2011.
- LEFF, E. *A complexidade ambiental*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Epistemologia ambiental*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.
- \_\_\_\_\_. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011b.
- MAMANI, F. H. Buen Vivir/Vivir Bien. *Filosofía, Políticas, Estrategias y Experiencias Regionales Andinas*. Lima: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, 2010.
- MARTINS, G. A. *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- PERES, R. R. et al. A visão de docentes da área da saúde sobre a problemática ambiental. *Revista Contexto & Saúde*, Ijuí: Ed. Unijuí, v. 12, n. 23, p. 51-58, jul./dez. 2012.

SAAVEDRA, F. E. Crisis ambiental y cambio climático en la política global: un tema crecientemente complejo para América Latina. *Revista Universum*, Talca, v. 2, n. 25, p. 57-77, 2010.

SARI, V. *A educação ambiental em uma instituição hospitalar: possibilidades e desafios*. 2012. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SARI, V.; CAMPONOGARA, S. Desafios da educação ambiental em uma instituição hospitalar. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 469-478, 2014.

STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. de M. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 163-183, 2014.

\_\_\_\_\_. Percepção e ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande do Sul, volume especial, p. 59-79, 2013.

TRISTÃO, M. Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 251-264, 2005.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2015.